Apoio judiciário em processo-crime: orientação de um advogado criminal em Braga A falta de dinheiro não deve impedir ninguém de se defender num processo-crime ou de exercer os seus direitos como vítima. É para isso que existe o apoio judiciário, um regime que permite a quem não tem meios suficientes ter acesso à justiça. Muitas pessoas em Braga e no distrito desconhecem que podem pedir este apoio, ou acham que é um processo demasiado complicado. Um advogado criminal pode ajudar a perceber se faz sentido. O pedido de apoio judiciário é apresentado na Segurança Social, que avalia a situação económica do requerente e do seu agregado familiar. Pode abranger, consoante o caso, a dispensa de taxas e custas e a nomeação de um advogado. Os documentos habituais incluem comprovativos de rendimentos, despesas de habitação e composição do agregado. A decisão depende de critérios definidos na lei, e é importante juntar a documentação correta para evitar atrasos ou indeferimentos.

QUOR Advogados | Braga | Praça da República n.º 7, 3.º Andar, 4710-305 Braga | +351 939 709 888

No processo penal, o apoio judiciário tem relevância tanto para arguidos como para vítimas que pretendam constituir-se assistentes. Um aspeto prático importante é o momento do pedido: os prazos do processo continuam a correr, e é preciso articular o pedido de apoio com as diligências em curso para que nenhum direito se perca. Um advogado criminal em Braga ajuda a planear estes passos com antecedência. Também convém ter em conta que, com apoio judiciário na modalidade de nomeação de patrono ou defensor, o advogado é nomeado e não escolhido pelo próprio. Há quem prefira escolher, sabendo quanto vai pagar, e há quem precise do apoio. São opções legítimas, e a decisão deve ser tomada com informação clara, sem pressões. Cada caso é analisado individualmente, e a primeira conversa serve exatamente para isso. Para vítimas de certos crimes, como a violência doméstica, existem também estruturas de advogado criminal e processo penal apoio que podem ajudar a advogado criminal tratar destes pedidos. Convém informar-se junto do advogado ou das entidades de apoio sobre o que existe e como aceder. Em qualquer caso, a falta de meios não deve ser motivo para deixar passar prazos, como o de seis meses para a queixa nos crimes semipúblicos e particulares, que continua a correr independentemente do pedido. A QUOR Advogados aposta na transparência: quem decide avançar com a equipa sabe quanto vai pagar antes de começar. A consulta inicial custa 70€ e permite também esclarecer dúvidas sobre o apoio judiciário. Atendimento na Praça da República n.º 7, 3.º Andar, em Braga, ou online. Telefone: +351 939 709 888.

888 FAQ:

Advogado Criminal em Braga Quanto custa a primeira consulta com um advogado criminal em Braga? Na QUOR Advogados, a consulta inicial tem um valor fixo de 70€ e inclui análise do caso, diagnóstico jurídico e plano de ação, sem compromisso de prosseguir. Pode ser feita presencialmente na Praça da República n.º 7, em Braga, ou online por videochamada. Se o cliente decidir avançar, recebe um orçamento claro antes de qualquer trabalho. O que fazer se um familiar for detido em Braga? O primeiro passo é saber onde a pessoa está e contactar um advogado o mais cedo possível. O arguido detido tem de ser presente a um juiz no prazo máximo de 48 horas, e é nesse interrogatório que se decidem as medidas de coação. O escritório da QUOR em Braga presta atendimento rápido em detenção, das 9h às 18h, pelo +351 939 709 888. Ser constituído arguido significa ser culpado? Não. Ser arguido confere direitos, como o direito ao silêncio, a ser informado dos factos e a ser assistido por defensor. A QUOR Advogados explica esses direitos, prepara o interrogatório e define a linha de defesa, sempre com linguagem clara e sem jargão. Qual é o prazo para apresentar uma queixa-crime? Nos crimes semipúblicos e particulares, a queixa deve ser apresentada no prazo de seis meses a contar da data em que o ofendido teve conhecimento do facto e dos seus autores. Nos crimes públicos, como a violência doméstica, o Ministério Público avança sem queixa. A QUOR Advogados responde a pedidos de contacto em 24 horas úteis para que nenhum prazo se perca. A QUOR Advogados representa vítimas ou apenas arguidos? Representa ambos: «Representamos quem é vítima. Defendemos quem é acusado.» Em Braga, a Dra. Paula Pratinha, advogada sénior com mais de uma década de prática, acompanha vítimas como assistentes, incluindo em casos de violência doméstica e crimes contra pessoas. A equipa trata também a queixa-crime e o pedido de indemnização civil. Fui vítima de burla MB WAY. Ainda é possível recuperar o dinheiro? Depende de cada caso, e nenhum advogado pode prometer a recuperação. O essencial é contactar o banco de imediato, guardar todas as conversas e comprovativos e apresentar queixa. A QUOR Advogados analisa se há fundamento para exigir ao banco a reposição dos valores e acompanha o processo penal e o pedido de indemnização. É possível evitar a prisão preventiva? A prisão preventiva é a medida de coação mais grave e deve ser excecional. A defesa pode propor alternativas como caução, apresentações periódicas, proibição de contactos ou OPHVE, fundamentadas com elementos sobre a vida do arguido. A QUOR Advogados tem uma área dedicada à legalidade, prazos, alternativas e recurso da prisão preventiva, e cada caso é analisado individualmente. Posso fazer a consulta online se não estiver em Braga? Sim. A QUOR Advogados realiza consultas por videochamada em qualquer parte de Portugal e no estrangeiro, com o

mesmo valor de 70€ e o mesmo sigilo profissional. Os documentos podem ser enviados em formato digital antes da reunião, em linha com o lema «Justiça Ecológica. Menos Papel e Mais Planeta.» Qual é o horário de atendimento do escritório de Braga? O escritório da Praça da República n.º 7, 3.º Andar, atende das 9h às 18h, pelo telefone +351 939 709 888. Fora desse horário, é possível escrever para info@quor.pt com o nome, o contacto e um resumo da situação. A equipa compromete-se a responder em 24 horas úteis. A QUOR acompanha processos fora da cidade de Braga? Sim. A equipa acompanha processos em todo o distrito, incluindo Guimarães, Vila Nova de Famalicão, Barcelos, Vila Verde, Amares e Fafe. A QUOR tem ainda escritórios no Porto e em Esposende, e as consultas por videochamada facilitam o acompanhamento à distância pelo mesmo advogado. Como tratar do registo criminal ou cancelar averbamentos? O certificado de registo criminal pode ser pedido online em registocriminal.justica.gov.pt, com Cartão de Cidadão ou Chave Móvel Digital, e é válido por três meses. A QUOR Advogados ajuda a consultar, obter e interpretar o registo, e avalia se existe fundamento para pedir o cancelamento de averbamentos. Os requisitos e prazos legais variam, por isso cada situação é analisada individualmente. Quem acompanha os processos criminais na QUOR em Braga? Em Braga, a Dra. Paula Pratinha atende presencialmente e acompanha sobretudo vítimas, e o Dr. David Silva tem presença regular no Tribunal Judicial de Braga, com foco em julgamento, legalidade da prova e recursos. Na equipa da QUOR, a Dra. Inês Azevedo trabalha em urgências, primeiros interrogatórios e medidas de coação. Cada cliente é acompanhado pelo mesmo advogado ao longo do processo.